

EUA: TRUMP SE FOI, MAS RESTAM PROBLEMAS PROFUNDOS

Alaor Chaves

As Treze Colônias

No início do século 17, britânicos e europeus de outras origens começaram a chegar, em número crescente, às costas da região norte-americana que havia sido reivindicada como área de colonização britânica. Muitos fugiam da perseguição religiosa, que grassava no velho continente, outros da pobreza. Ninguém mingue a força de pessoas que atravessam um oceano, deixando para trás parentes e memórias, em busca de liberdade e alguma prosperidade a ser conquistada com as próprias mãos. Em 1770, já tinham se organizado em treze colônias que somavam 2,4 milhões de habitantes de origem europeia. Cabe mencioná-las, dado o seu enorme papel na história moderna: New Hampshire, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Nova Iorque, Nova Jérsei, Pensilvânia, Maryland, Delaware, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia.

As colônias tinham etnias, devoções religiosas, culturas e economias bem diversas, o que gerava entre elas conflitos ideológicos e de interesses. Unia-as, entretanto, grande desejo de se libertarem do domínio britânico, que todas consideravam opressor e injusto. Pagar impostos ao Reino Unido sem ter representação no Parlamento injuriava todos. A prosperidade das colônias já era considerável. Em seus navios, exportavam commodities para a Grã-Bretanha e outras colônias britânicas, mas eram proibidas de comercializar com outros países.

Já ao ser criada, cada colônia cuidava da sua administração, com legislaturas e governos próprios, o que resultou em importante maturidade política e administrativa nas colônias. Ficou claro que a independência do Reino Unido só seria possível se formassem alguma forma de união. A partir de 1774, houve uma série de encontros de delegados das colônias, denominados **Congressos Continentais**, cujo objetivo era formular políticas e estratégias de independência. Em 1776, proclamaram a independência. A **Declaração da Independência dos Estados Unidos**, escrita por Thomas Jefferson, foi ratificada, com pequenas correções, no Segundo Congresso Continental, em 4 de julho de 1776. Após batalhas entre as Armadas Continentais, sob o comando geral de George Washington, e as forças britânicas, finalmente o Reino Unido reconheceu formalmente a independência do novo país em 1783, no Tratado de Paris.

A Constituição de 1787

A união das províncias era indispensável para assegurar sua independência. Essa União já recebera o nome Estados Unidos na Declaração da Independência. Que tipo de país seremos, essa era a nova e grande questão. Embora as negociações entre as colônias já tivessem iniciado em 1776, só em 1787 chegou-se a um texto constitucional capaz de ser aprovado. Dentre os negociadores e redatores do texto, havia figuras iluministas da estatura de **Alexander Hamilton**, **Benjamin Franklin**, **James Madison**, **John Adams**, **John Jay**, e **Thomas Jefferson**, na opinião de alguns o político e estadista mais culto que se conhece. Havia ainda **George Washington**, líder político e militar de grande competência, que se tornaria o primeiro presidente dos Estados Unidos. Adams seria o segundo presidente, e Jefferson, o terceiro. Todos comungavam os princípios da onda iluminista europeia, que defendia estados constitucionais, monarquistas ou republicanos. Convergiram unanimemente para a ideia republicana, mas havia muita coisa para negociar e decidir. Todos tinham de fazer concessões, e o processo foi exaustivo.

Muitas colônias, talvez a maioria delas, estavam muito pouco dispostas a conceder grande poder ao governo central do país que tinha de ser legalmente construído. Dominou inicialmente a ideia de uma confederação de estados que outorgariam ao governo central apenas a função e a autoridade de praticar políticas externas e criar uma armada nacional. Até mesmo a ideia de um banco nacional era rejeitada. Mas esse arranjo geraria problemas práticos que se tornaram evidentes. Só os estados poderiam criar e cobrar impostos. Nesse caso, o funcionamento do governo central dependeria de transferências oriundas dos estados. Que autoridade asseguraria esse fluxo de transferências?

Dessas questões práticas originou-se a ideia de uma federação de estados. Surgiram então os **federalistas** e os **anti-federalistas**, que se tornaram as mais influentes forças políticas do país. Ainda não havia partidos políticos, pois a atuação desses dependia de uma regulamentação constitucional. Venceram os federalistas, mas mesmo estes estavam muito pouco dispostos a esvaziar o poder dos estados. Isso definiu a essência da constituição aprovada em 1787 pelos delegados dos estados.

Alguns problemas dificultavam muito a integração das colônias em um país. Havia grande disparidade na dimensão territorial e na população das colônias. Algumas, como New Hampshire, Rhode Island, e Delaware, tinham territórios e populações minúsculas. Outras eram muito maiores e populosas. Virgínia, a primeira das colônias a ser formada (1607), tinha um quarto da população, contados os escravos e as pessoas livres. Era preciso fazer concessões e estabelecer compromissos legais, caso contrário várias colônias abandonariam a União. Havia consenso sobre a divisão do governo em três poderes – o executivo, o legislativo e o judiciário – e acima de tudo uma carta magna que garantisse a liberdade do indivíduo e o protegesse contra a opressão do governo. No restante, havia muita divergência e dificuldade de conciliação.

Para evitar que os estados de população pequena fossem dominados pelos grandes, o compromisso foi um a criação de um congresso bicameral, composto pelo Senado e pela Câmara dos Representantes. Posto assim, parece não haver problema, pois no próprio Reino Unido havia a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns. Mas, no RU a Câmara dos Comuns decide tudo que é realmente importante. Dentre outras coisas, escolhe o Primeiro Ministro, que é o chefe do governo. Nos Estados Unidos, as duas câmaras têm poderes legislativos essencialmente equivalentes, e até mesmo redundantes. Quase tudo tem de ser aprovado por ambas. O número de membros da Câmara dos Representantes de estado seria proporcional à população deste, o que soa bem democrático. Entretanto, cada estado elege dois senadores. Como as coisas politicamente importantes têm de ser aprovadas pelas duas câmaras, o arranjo confere poder muito relevante aos estados pequenos. Isso parece justo, mas pode-se argumentar que esse sistema tem retardado o avanço social e cultural dos EUA.

A escravidão era legal em todas as treze províncias. Os principais líderes da União, cabendo mencionar nominalmente Washington, Adams e Jefferson, que foram os três primeiros presidentes dos EUA, possuíam escravos. Isso representava o espírito e a moral da época. Os iluministas da Europa e das Américas eram racistas, com exceção Jean-Jacques Rousseau, e este não era racista por acreditar na pseudociência do nobre selvagem (*noble savage*) corrompido pela civilização. Quando pregavam a igualdade entre os homens, os iluministas referiam-se apenas ao homem europeu, que eles chamavam simplesmente homem branco. Dadas essas circunstâncias e o pensamento da época, a constituição garantiu a cada estado o direito de legislar sobre o escravismo em suas terras.

Restava o problema de como contar a população, o que definia o número de deputados de cada estado na Câmara dos Representantes e tinha efeito na taxaço. Escravos são computados, ou apenas as pessoas livres? A proporção de escravos variava muito de um estado para outro. Nos estados do sul, cerca de 40% das pessoas eram escravas; na Virgínia, essa fração chegava a 60%. A solução foi o bizarro compromisso dos três quintos: um escravo valia três quintos de uma pessoa livre.

Houve outras bizarrices. Uma delas – o **Colégio Eleitoral** – segundo alguns decorreu do cansaço após intermináveis negociações; segundo outros, do medo da eleição popular do presidente do país, coisa inédita na história mundial. Destacaremos e discutiremos alguns aspectos da constituição.

- **Emendas à constituição**

Todo homem pertence ao seu tempo, e isso obviamente se aplica aos formuladores da constituição dos Estados Unidos. Não levaram isso em conta ao estabelecer os procedimentos para as emendas constitucionais. Toda emenda teria de ser aprovada por dois terços de cada casa do congresso e, após isso, ser ratificada pelas legislaturas de três quartos dos estados (38 de 50, atualmente). Os fundadores da pátria não queriam que a constituição fosse emendada com facilidade. Mas logo depois da

ratificação da constituição, esses mesmos fundadores, por iniciativa de James Madison em 1789, apresentaram doze emendas constitucionais. Dez foram ratificadas em 1791, e seu conjunto é chamado **Carta dos Direitos** (*Bill of Rights*) dos Estados Unidos. A Carta dos Direitos inspirou-se declaradamente na *Bill of Rights* inglesa (1689), aprovada ao final da **Revolução Gloriosa** de 1688-1689, que entre outras coisas limitou os poderes do rei e deu poder de governo ao parlamento.

A Carta dos Direitos deu direitos civis até então incomparáveis ao cidadão dos EUA e limitou poderes dos governos federal e estaduais para oprimir o indivíduo. Do ponto de vista civil, os EUA são ainda hoje vistos como o país mais democrático do mundo, e os princípios dessa democracia estão na famosa Carta.

Mas a **segunda emenda**, que garante ao indivíduo o direito de possuir e portar armas, até hoje é matéria de controvérsia. A Carta dos Direitos inglesa também garantia esse direito, e inspirou a segunda emenda. Mas ocorre que o Reino Unido orienta-se pela *Common Law*, que no fundo é a jurisprudência estabelecida pelos juízes. Isso torna o sistema legal britânico muito mais dinâmico. Há bom tempo, o porte de armas é muito restrito no Reino Unido. Na Inglaterra só uma parte da polícia, muito preparada e explicitamente licenciada, pode portar armas.

Os EUA são, por enorme diferença, o país desenvolvido com maior taxa de violência no mundo. Ocorrem no país 5 homicídios por 100 mil habitantes por ano. Na Grã Bretanha, esse índice é cinco vezes menor. O enorme número de armas de fogo nas mãos das pessoas nos EUA é responsável por grande parte dos homicídios, além gerar muitos suicídios e mortes por acidentes. Mas ninguém sequer discute uma emenda constitucional que invalide a segunda, pois se sabe que isso é inviável.

Depois da Carta dos Direitos, os EUA fizeram 17 emendas constitucionais. As poucas emendas relevantes são parte de avanços e conquistas que ocorreram em todo o mundo. A 13ª emenda (1865) aboliu a escravidão. Para chegar a ela houve uma guerra civil que matou pelo menos 700 mil pessoas. Ao final da guerra, com os estados separatistas do sul inteiramente subjugados, ficou fácil obrigá-los a ratificar a emenda abolicionista. A 15ª emenda (1869) deu o direito de voto a cidadãos de todas as raças. A 16ª emenda (1913) deu ao governo federal o direito de taxar a renda de empresas e pessoas. A 19ª emenda (1920) deu às mulheres o direito de votar.

- **Colégio Eleitoral**

A constituição de 1787 estabeleceu que o presidente da república seria eleito por um **Colégio Eleitoral** (538 eleitores hoje), não pelo voto popular. Cada estado teria no colégio número de eleitores proporcional à sua população, e o colégio seria composto de acordo com o número de votos populares para presidente no referido estado. Foi deixado a cargo de cada estado estabelecer o método de composição dos seus eleitores. Todos os estados, exceto Maine e Nebraska, decidiram que o vencedor leva tudo: todos os eleitores de cada estado votam no candidato a presidente com maior número de votos populares locais. Essa política é profundamente elitista. Pois, em geral, as elites locais dominam o

processo eleitoral nos seus estados. Vencem as eleições populares para presidente, e ignoram inteiramente os votos dos perdedores. Nesse processo eleitoral, o presidente eleito não é necessariamente o que obtém o maior número de votos populares. Isso obviamente não é democrático, mas uma emenda constitucional que consertasse o problema não transporia as barreiras impostas pela constituição de 1787. Os defensores do Colégio Eleitoral alegam que só em cinco eleições o presidente eleito não foi vencedor no voto popular. Bem, isso é pouco? Pode-se argumentar que basta a eleição de um **Donald Trump** para tornar odiosa a instituição do Colégio Eleitoral.

- **Dois senadores por estado**

Os EUA são, no aspecto técnico, incomparáveis a qualquer país do passado ou do presente. Têm a melhor ciência e a melhor tecnologia do mundo. É o país mais inovador do mundo. O espírito inovador dos norte-americanos é antigo, talvez esteja associado ao processo de formação das colônias e da expansão do país até o Pacífico, que levou à mentalidade “*do it yourself*” (faça você mesmo). Mesmo no século 19, quando a ciência era quase toda europeia, a invenção já era americana. Hoje, com a melhor ciência, a melhor tecnologia e as melhores universidades, são difíceis de serem batidos no campo técnico. Mas, apesar do enorme avanço técnico e econômico, no campo social os EUA ainda são retrógrados. Falta ao país uma saúde pública garantida para todos, as melhores universidades são acessíveis a poucos, o sistema de aposentadoria é muito insuficiente. O país não criou um estado de bem estar social – uma das grandes conquistas da civilização – e por isso os fracassados são abandonados ao próprio destino.

A concepção do congresso americano, especialmente a do senado, por onde tudo importante tem de passar, e em cuja composição todos os estados participam de forma igual, é um dos elementos que retardam o avanço social e cultural dos EUA. O avanço das sociedades é puxado pelos seus setores mais esclarecidos, que exatamente por isso sempre são os mais desenvolvidos. Esses setores em geral são também mais urbanizados, e nos tempos modernos concentram frações crescentes da população. Os EUA têm 14 estados com menos de 2 milhões de habitantes – o menos populoso deles é Wyoming, com 580 mil habitantes. No total, esses estados somam 16,3 milhões de habitantes e elegem 28 senadores. Califórnia, Texas, Flórida e Nova Iorque somam 109,5 milhões de habitantes e elegem 8 senadores. Exceto New Hampshire, Rhode Island, Vermont e Delaware, os referidos 14 estados estão culturalmente muito aquém dos quatro estados populosos, e também de outros como Massachusetts, Connecticut, New Jersey, Pensilvânia, Minnesota, Maryland, Virgínia e Washington. Uma representação no senado proporcional à população certamente levaria a avanços mais rápidos na legislação que afeta os setores social, cultural e ambiental.

- **Presidencialismo**

Os EUA optaram pelo sistema presidencialista. Na época, talvez o presidencialismo fizesse sentido. Mas o mundo muda. O parlamentarismo acabou revelando méritos superiores e por isso vem sendo cada vez mais adotado por países desenvolvidos e politicamente maduros. Os presidentes dos EUA são todos parecidos em um ponto: praticam políticas externas baseadas no que chamam **excepcionalidade americana**. Como simboliza a Estátua da Liberdade – infeliz presente que os franceses deram aos EUA –, o país seria o farol que lança a luz da liberdade sobre o mundo. O senador republicano Mitt Romney, candidato à presidência derrotado por Obama em 2012, no seu livro **No apology: the case for American Greatness** (Sem pedir desculpas: o caso da grandeza americana), expõe explicitamente o que pensava também seu concorrente Obama, que afirmou “Eu acredito na excepcionalidade americana com todas as fibras do meu corpo.”

Para desempenhar seu pretensível papel de país ungido por Deus para defender a liberdade e a democracia no mundo, melhor seria que os EUA apoiassem os governos estrangeiros democráticos e deixassem de dar apoio a tantos governos ditatoriais. Mas, frequentemente, fazem o contrário disso. Quase todos os governos ditatoriais da América Latina conquistaram o poder com apoio dos EUA, que apoiam ditadores no mundo inteiro, desde que estes se alinhem à geopolítica americana. Não bastasse isso, quase todos os países latino-americanos, ao se tornarem independentes, copiaram o modelo dos EUA ao adotar o presidencialismo e o congresso bicameral exótico daquele país.

Para praticar suas políticas de hegemonia e ostentar seu papel de xerife nos quatro cantos do mundo, o país mantém orçamentos militares inteiramente desatinados. Em 2019, seus gastos militares foram US\$732 bilhões. A China, o segundo maior gastador, despendeu US\$261 bilhões; a Rússia, US\$65,1 bilhões.

O congresso dos EUA aprova os orçamentos militares extravagantes propostos pelo presidente. Com algumas emendas constitucionais, o país em pouco tempo passaria a ter um congresso e um **primeiro ministro** mais empenhados em gastar o dinheiro dos impostos em benefícios para a população.

A constituição dos EUA ficou velha e ultrapassada. Foi feita de encomenda para não ser reformada, e os norte-americanos se orgulham de ter a constituição mais antiga do mundo. Ignoram que, em um mundo em que os valores mudam com inédita rapidez, se não for refeita ou reformulada profundamente, qualquer constituição nacional fica anacrônica em um século. Os franceses já estão na 15ª constituição, a última delas promulgada em 1958. Isso pode ser um exagero, mas é inegável que França e os outros países avançados da Europa Ocidental têm sociedades muito mais justas e mais pacíficas do que a dos EUA. Foi difícil chegar até esse ponto, pois até 1790 a Europa era praguejada por um sistema feudal que dava suporte a monarquias totalitárias. Os EUA poderiam ser muito maiores do que são.